

A DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO EM SERGIPE DEL REY (SÉC. XIX)*

Vanessa S. Oliveira*

The Devotion to Our Lady of the
Rosary in Sergipe del Rey (19th
century)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar as associações católicas de pretos em Sergipe del Rey e, de modo particular, evidenciar a devoção a Nossa Senhora do Rosário como um aspecto relevante da experiência religiosa dos africanos e seus descendentes. Baseado na análise de compromissos das irmandades, livros de tomo, testamentos e registros de óbito, este estudo identifica as associações leigas que compunham o universo religioso da província,

destacando as devoções organizadas pela população de cor. A pesquisa evidencia que Nossa Senhora do Rosário figurava como o orago mais popular entre os africanos e seus descendentes, seguida de São Benedito. As devoções organizadas por homens e mulheres de cor tiveram papel importante como espaços de sociabilidade e religiosidade acessíveis a camadas desfavorecidas da população de Sergipe no século XIX.

Palavras-chave: Sergipe, irmandades, Nossa Senhora do Rosário

* Este artigo se baseia no segundo capítulo da minha dissertação de mestrado intitulada “A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário: etnicidade, devoção e caridade em São Cristóvão-SE (Século XIX)”, defendida em 2008, na Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação do Prof. Dr. Hippolyte Brice Sogbossi. A pesquisa contou com o auxílio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Sou grata às sugestões do meu orientador e da banca examinadora, composta pelos professores Dr. Frank Marcon (UFS) e Dra. Mariza de Carvalho Soares (UFF).

** Doutoranda em História da África na York University, Toronto, Canadá. Possui mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (2008). Atualmente é teaching assistant na York University. Tem experiência na área de História, atuando principalmente nas seguintes áreas: História da África, Diáspora Africana e História das Mulheres, Gênero e Sexualidades.

ABSTRACT

This paper aims to identify the Catholic associations of blacks in Sergipe del Rey, evidencing the devotion to Our Lady of the Rosary as an important aspect of the religious experience of Africans and their descendants. Based on the analyses of brotherhood statutes, church records, wills and burial records this study identifies the Catholic lay associations which comprised the religious universe of the province, highlighting the devotions

organized by the population of color. The research evidences that Our Lady of the Rosary was the most popular patron among Africans and their descendants followed by San Benedict. The devotions organized by the men and women of color played an important role as spaces of sociability and religiosity accessible to disadvantaged layers of the population in nineteenth century Sergipe.

Keywords: Sergipe, brotherhoods, Our Lady of the Rosary

As reflexões no campo das religiões têm rompido com o monopólio antes exercido pelas teologias e pela história da Igreja que, com base nos discursos oficiais, estavam mais preocupadas com os dogmas e as doutrinas. Numa nova perspectiva, os estudiosos desse campo têm apontado as rupturas e permanências no universo do sagrado, abordando as religiosidades populares com o intuito de analisar o significado de diferentes práticas de culto e suas formas devocionais. Neste panorama, as chamadas irmandades de pretos,¹ que inicialmente foram vistas como sociedades de conformismo e dominação,² têm sido objeto de outras reflexões com foco nas formas de vivência religiosa e reelaboração das identidades étnicas na diáspora.³

Esse trabalho tem como objetivo identificar as associações religiosas de pretos em Sergipe del Rey e, de modo particular, evidenciar a

¹ Opto pela utilização da categoria classificatória “preto” por ser esse o termo usado nas fontes consultadas para este trabalho.

² Nesta vertente ver, por exemplo, BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder*. São Paulo, Ática, 1986.

³ Ver, por exemplo: QUINTÃO, Antonia Aparecida. *Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência (São Paulo: 1870-1890)*. São Paulo, Annablume: Fapesp, 2002; SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Nacional, 1978; e SOARES, Mariza de Carvalho. *Devotos da cor: Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

devoção a Nossa Senhora do Rosário como um aspecto relevante da experiência religiosa dos africanos e seus descendentes. Inicialmente esse estudo identifica as associações religiosas que compunham o universo religioso de Sergipe del Rey no século XIX para em seguida destacar as devoções organizadas pelos pretos. Índícios da existência das associações presentes no levantamento foram encontrados por meio de compromissos, livros de tombo, testamentos e registros de óbito, evidenciando a incidência da devoção a Nossa Senhora do Rosário entre os africanos e seus descendentes em território sergipano.

SERGIPE NOS QUADROS DO CATOLICISMO BARROCO

Sergipe Del Rey foi capitania subalterna à Bahia de Todos os Santos até a segunda década do século XIX. Apesar de possuir autonomia judiciária desde 1696, sua vida política, econômica e religiosa era subordinada à capitania vizinha que detinha o poder de nomear seus governantes e autoridades além de receber contribuições e impostos.⁴ A vinculação que vigorava desde a conquista do território em 1590 parecia ter chegado ao fim quando, a 8 de junho de 1820, D. João VI decretou sua autonomia. Todavia, essa seria uma autonomia caracterizada pela formalidade, uma vez que sua efetivação foi postergada pelos interesses contrários de origem externa representados pela Bahia e interna advindos da facção que mantinha negócios com comerciantes de Salvador. A situação se agravaria com a adesão da Bahia à Revolução Constitucionalista da cidade do Porto, determinando assim a reincorporação de Sergipe aos seus domínios.⁵

Foi somente com a independência do Brasil que Sergipe foi final-

⁴ NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Sergipe, UFS, 1989.

⁵ Sobre o processo que conduziu à emancipação política de Sergipe, ver: NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Provincial I*; FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2ª. Ed, Petrópolis, Vozes/Governo do Estado de Sergipe, 1977.; OLIVA, Terezinha Alves de. “Estruturas de Poder” in Diniz, Diana M. F. L. *Textos para a História de Sergipe*. Aracaju: UFS/BANESE, 1991.

mente reconhecida como província independente, quando em 5 de dezembro de 1822 o Imperador D. Pedro I confirmou a Carta Régia decretada pelo seu pai no ano de 1820 e que até então permanecia sem vigência. Sua situação política somente veio a ser regularizada a 20 de outubro de 1823, ocasião em que foram abolidas as Juntas e nomeados presidentes para as províncias. Deste modo, em 25 de novembro de 1823, o Imperador nomeava o brigadeiro Manoel Fernandes da Silveira para o cargo de primeiro presidente de Sergipe.⁶

Em inícios do século XIX, Sergipe contava com a cidade de São Cristóvão, as vilas de Santa Luzia do Itanhi, Thomar do Geru, Lagarto, Itabaiana, Santo Amaro das Brotas, Vila Nova del Rey, Propriá, as missões de Água Azeda, Pacatuba, Japarutuba, São Pedro e alguns povoados, sendo os mais prósperos Estância e Laranjeiras.⁷ A população estava dividida para efeitos eclesiásticos em freguesias que chegavam ao número de trinta e três.⁸ Desde a segunda metade do século XVIII o açúcar se consolidara como o principal produto de suas exportações, fruto do crescimento da demanda externa. Os engenhos eram majoritariamente de pequeno e médio porte, nos quais o trabalho era executado por trabalhadores livres e escravos.⁹

⁶ OLIVEIRA, Vanessa dos Santos. “Conflitos Internos em Sergipe: a instabilidade política e a consolidação da autonomia”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Vol. 34, 2005, 75-102.

⁷ SOUZA, Marcos Antônio de. *Memória sobre a Capitania de Serzipe: sua formação, população, produtos e melhoramentos de que é capaz*. Aracaju: Typ. Do Jornal do Comércio, 1878, p. 17-18.

⁸ ANDRADE JUNIOR, Péricles Moraes. *Espaço e Distinção Social no Catolicismo em Estância-SE (1950-1915)*. (Monografia de Licenciatura). São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 1998.

⁹ De acordo com Nunes, a quantidade de escravos nos engenhos sergipanos variava de 25 a 100 peças. NUNES, *Sergipe Colonial I*, p. 135.

No ano de 1808 sua população contava com 72.236 habitantes, distribuídos em quatro grupos: 20.300 brancos (28,10%); 30.542 pardos (42,28%); 19.954 pretos (27,64%); e 1.440 índios (1,99%).¹⁰ Assim, havia em inícios dos Oitocentos uma aproximação entre o número de brancos e pretos e uma predominância de pardos, sendo os povos indígenas minoria. Os brancos compunham a elite econômica produtora dos gêneros de exportação e por extensão ocupavam os cargos de maior destaque nas câmaras municipais e na tropas das ordenanças.¹¹ De acordo com o vigário Marcos Antonio de Souza, muitos deles eram oriundos de Portugal e, por isso, “pretendem ser muito distintos pela nobreza de seus nascimentos”.¹²

Pardos e pretos juntos correspondiam a 71,91% da população, sendo que parte deles estava sujeita ao cativeiro. Entre a população de cor, os pardos compunham o grupo majoritário, representando 42,28% do número total de habitantes. Os pretos, por sua vez, perfaziam 27,64% da população, divididos entre africanos e crioulos, sendo que estes últimos predominavam.¹³ Entre os libertos, é provável que os

¹⁰ SOUZA, *Memória sobre a Capitania de Serzipe*.

¹¹ NUNES, *Sergipe Colonial I*, p. 268.

¹² SOUZA, *Memória sobre a Capitania de Serzipe*, p. 16.

¹³ De acordo com Mariza de Carvalho Soares, crioulo é o escravo filho de mãe africana que nasce no âmbito da sociedade colonial. Corresponde à primeira geração nascida no Brasil e que, supostamente, mantém vínculos com a cultura africana. Logo, segundo Soares, ser crioulo é uma condição provisória que afeta apenas uma geração de cada descendência. SOARES, *Devotos da Cor*, p. 100. Mary Karasch lembra que o termo crioulo também podia ser aplicado ocasionalmente aos africanos nascidos em colônias portuguesas na África, como Cabo Verde, Ilha do Príncipe, São Tomé, Angola ou Moçambique ou ainda ao escravo que falava a língua crioula. KARASCH, Mary. *A vida escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 43. Os dados acerca da composição demográfica dos escravos de Sergipe segundo a origem e a cor levantados por Luiz R. B. Mott para o ano de 1785, indicam que destes somente 34% eram africanos enquanto os nacionais contavam 66%. Diante desses dados, concluiu ele que os cativos oriundos da África nunca devem ter ultrapassado 1/3 da escravaria total de Sergipe. MOTT, Luís R. B. *Sergipe del Rey; população, economia e sociedade*. Aracaju: Fundesc, 1986, p. 143-144.

pardos prevalecessem, antecipando a tendência para a segunda década do século XIX, quando 54,83% deles saíram da escravidão enquanto somente 19% dos pretos tiveram destino semelhante.¹⁴ A incidência de revoltas entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do XIX atesta que as relações entre a população de cor e os brancos eram conflituosas e que os pretos eram a principal fonte de preocupação para a elite sergipana.¹⁵

A experiência religiosa em Sergipe era marcada pela participação direta dos fiéis na organização do culto e na assistência da população. Nesse contexto, as atividades religiosas eram organizadas pelas santas casas, ordens terceiras, irmandades e confrarias. No calendário festivo das cidades, vilas e povoações predominavam as celebrações de cunho religioso como procissões, romarias, novenas, trezenas e festas aos santos padroeiros carecterísticos do Catolicismo Barroco então vigente no Brasil.¹⁶ Uma das celebrações de cunho religioso de grande relevância e que permanece ativa era a procissão do Senhor dos Passos, realizada na capital São Cristóvão no segundo final de semana da Quaresma. Na ocasião, a charola do Senhor dos Passos tornava-se alvo de disputas para ser carregada durante o cortejo, posição monopolizada pela elite

¹⁴ MOTT, *Sergipe del Rey*, p. 37. Ver ainda MOTT, Luiz. “Estatísticas e Estimativas da População Livre e Escrava de Sergipe Del Rei de 1707 a 1888”. In *Mensário do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro. Ano VII, n. 12. 1976.

¹⁵ Temos notícias de rebeliões documentadas pela historiografia sergipana com maior incidência a partir do século XVIII, a saber as revoltas de 1774, 1777, 1808, 1809, 1815 além das demonstrações de anti-lusitanismo que foram frequentes no período, quando vários portugueses tiveram seus bens confiscados e estouraram movimentos de contestação contra estes em várias vilas, dos quais o mais conhecido foi o ocorrido na povoação de Laranjeiras, em 1824, sob a liderança do então secretário de governo, o pardo Antônio Pereira Rebouças, apregoando a igualdade entre os povos. MOTT, *Sergipe Del Rey*. Para maiores informações sobre Antônio Pereira Rebouças consulte NUNES, Maria Thetis. “O Governo de Manuel Fernandes da Silveira. O eco da Confederação do Equador”. In *Sergipe Provincial I: 1820-1840*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000, p. 99-138.

¹⁶ AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 76; PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e reforma ultramontana: Igreja Católica em Juiz de Fora, 1890-1924*. Juiz de Fora: Irmãos Justiniano, 2004, p. 45.

açucareira.¹⁷ O testamento de José Carlos do Nascimento, redigido em 1855, mostra a importância do controle da organização dos eventos religiosos para o prestígio da elite local. Já bastante debilitado, José Carlos lembrava a seus testamenteiros que fora eleito juiz da Festa da Semana Santa da capital para o ano seguinte, para o que deixava a esmola de 150:000 reis visando sua realização.¹⁸

A sociedade brasileira dos Oitocentos estava estruturada com base em critérios sociais e étnicos que se estendiam ao universo religioso, onde a cor da pele e a condição jurídica e econômica eram elementos delimitadores das fronteiras entre os devotos.¹⁹ Assim brancos, pardos e pretos ocupavam diferentes espaços no terreno das devoções. Os brancos tinham seus nomes ligados às associações dedicadas à elite que geralmente estavam localizadas nas principais capelas das cidades, vilas e povoações. Aos homens e mulheres de cor restava organizar suas devoções nos altares laterais das capelas principais, mediante pagamento, ou angariarem a verba necessária para construírem seus próprios templos.

Por meio da análise de compromissos, livros de tombo, testamentos, ofícios da Mesa de Consciência e Ordens e registros de óbitos localizamos 63 associações religiosas leigas espalhadas pelo território sergipano, algumas até então desconhecidas. É provável que as associações religiosas estivessem presentes em todas as vilas e nas povoações mais importantes.

¹⁷ SANTOS, Magno Francisco de Jesus e NUNES, Verônica Maria Meneses. “Na Trilha dos Passos do Senhor: A devoção ao Senhor dos Passos de São Cristóvão-Se”. In *Revista da Fapese de Pesquisa e Extensão*. Aracaju, V. 2, jul-dez. 2005, p. 98.

¹⁸ Arquivo Geral do Judiciário do Estado de Sergipe (AGJS), Livros de Testamentos, SCR/C 1º. OF, CX 76.

¹⁹ REIS, João José. “Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão”. In *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1996, p. 7.

Associações Religiosas Leigas em Sergipe del Rey²⁰

Devoção	Localização
Ordem Terceira de São Francisco	São Cristóvão
Ordem Terceira do Carmo	São Cristóvão
Santíssimo Sacramento	Propriá, São Cristóvão, Laranjeiras, Estância, Neópolis, Simão Dias
Senhor do Bomfim	Laranjeiras
Santa Casa de Misericórdia	Laranjeiras, São Cristóvão
Santas Almas	Laranjeiras, Aquidabã, Boquim, Campo do Brito, N. S. das Dores, Itabaiana, Itabaianinha, Japarutuba, Lagarto, Neópolis, Porto da Folha, Propriá, Santo Antônio, Simão Dias, Tobias Barreto.
Santos Anjos	Laranjeiras
Maria Auxiliadora	Laranjeiras
Nossa Senhora do Rosário	São Cristóvão, Frei Paulo, Itabaiana, Lagarto, Vila Nova, São José, Propriá, Santa Luzia, Brejo Grande, Estância, Nossa Senhora do Socorro, Frei Paulo, Rosário do Catete, Divina Pastora, Santo Amaro, Laranjeiras.
Nossa Senhora do Amparo	Capela, São Cristóvão, Estância
São Benedito	Estância, São Cristóvão, Laranjeiras, Lagarto, Santa Luzia
Nossa Senhora de Guadalupe	Estância
Senhor Bom Jesus dos Passos	Estância
São José dos Artistas	Aracaju
Nossa Senhora da Pureza	Aracaju
Nossa Senhora da Boa Morte	São Cristóvão
São Miguel Arcângelo	São Cristóvão, Santo Amaro
Nossa Senhora da Victória	São Cristóvão
Senhor dos Martírios e das Misericórdias	São Cristóvão

De acordo com o presente levantamento, duas devoções se destacavam em Sergipe: Nossa Sonhora do Rosário e as Santas Almas. Essas devoções eram organizados por grupos que ocupavam diferentes

²⁰ FONTES: OLIVEIRA, Vigário Philadelpho Jonathas de. *História de Laranjeiras Catholica*. Aracaju: Casa Ávila, 1935; ACDA, Livro de Tombo, 1949; FRANCO, Candido Augusto Pereira. *Compilação das Leis Provinciaes de Sergipe 1835 a 1880*. Vol I. Aracaju: Typ. de F. das Chagas Lima. s.d; ACDA, Livro de Tombo, 1953; AGJS, SCR/C 1º. Of., Livros de Testamentos, CX 64; SIMSC, Livro de óbitos I, 1870; ANRJ, Mesa de Consciência e Ordens, Cx 267, Pacotilha 02; ANRJ, Mesa de Consciência e Ordens, Cx 291, pacotilha 05.

espaços no cotidiano sócio-econômico da província. A devoção às Santas Almas parece ter sido mais comum entre os membros das elites das principais vilas e povoações sergipanas, contando com 15 associações. Maria Vaneide Oliveira analisou a composição social dos membros da irmandade das Santas Almas do Fogo do Purgatório da Vila de Itabaiana, evidenciando que a condição econômica foi fator limitador para o ingresso na confraria criada em 1855.²¹ De acordo com o compromisso aprovado em 1864, indivíduos de ambos os sexos podiam se candidatar a membros da irmandade. Apesar de não fazer restrições relacionadas à cor da pele, o compromisso estabelecia que os membros deviam ser de condição livre e possuidores de bens.²² Esses critérios por si só barravam a entrada de escravos e despossuídos em geral.

Através das regras presentes nos compromissos a estratificação étnico-social se estendia ao universo sagrado, forjando as fronteiras que separavam os indivíduos no mundo dos santos. Restrições relacionadas à cor da pele, condição jurídica e econômica comumente faziam parte das regras para adesão às santas casas, ordens terceiras, irmandades e confrarias organizadas pela elite sergipana. Entre as exigências mais comuns constavam ser católico, de boa conduta moral e civil, ter meios de subsistência e, muitas vezes, também se faziam exigências ligadas à cor da pele. Esse era o caso, por exemplo, da irmandade do Santíssimo Sacramento da vila de Propriá. Seu compromisso, redigido em 1837, estabelecia que os candidatos a membros poderiam ser de ambos os sexos, desde que fossem brancos e estivessem em condições de satisfazer sua despesas pessoais e pecuniárias.²³

Outro fator delimitador das fronteiras nas associações religiosas leigas era o valor cobrado pela jóia de entrada e pelas anuidades. A jóia de entrada consistia em quantia estipulada para a entrada do confrade

²¹ OLIVEIRA, Maria Vaneide. *Elite Itabaianense na Irmandade das Santas Almas do Fogo do Purgatório (1860-1898)*. (Monografia de Licenciatura). São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 2000.

²² FRANCO, *Compilação das Leis Provinciaes*, p. 360-377.

²³ FRANCO, *Compilação das Leis Provinciaes*, p. 319-347.

na associação e seu valor podia variar de acordo com a idade, sexo e estado de saúde do candidato. O compromisso aprovado em 1852 da irmandade de Nossa Senhora de Guadalupe, reduto da elite de Estância, estabelecia a cobrança de jóia de entrada no valor de 10 mil reis para candidatos do sexo masculino e 12:800 reis para mulheres.²⁴ Para termos uma idéia acerca da relevância desses custos, podemos compará-los com aqueles cobrados pela irmandade do Rosário da cidade de Propriá que estava aberta a brancos, pardos e pretos. O compromisso aprovado em 1860 estabelece que as taxas deveriam variar conforme a idade: até os 25 anos o valor a ser pago era de 1000 reis; de 25 a 50 anos pagava-se 2000 reis; de 50 anos acima o valor era 4000 reis, enquanto a anuidade custava 320 reis.²⁵ Confrontando esses valores, vemos que era significativo o montante a ser pago para adentrar nas associações religiosas organizadas pela elite sergipana o que, consequentemente, excluía os despossuídos.

As santas casas e ordens terceiras também eram redutos da elite. Na antiga capital São Cristóvão estavam localizadas a Santa Casa de Misericórdia, a Ordem Terceira do Carmo e a Ordem Terceira de São Francisco. Havia ainda uma Santa Casa na povoação de Laranjeiras, que era uma das mais prósperas da província graças ao desenvolvimento do comércio, dos engenhos de cana-de-açúcar e principalmente do porto para escoar mercadorias.²⁶ Na cidade de São Cristóvão os membros da elite ocupavam na vida e na morte os principais assentos e altares dos

²⁴ FRANCO, *Compilação das Leis Provinciales*, p. 202-319. Para maiores detalhes acerca da irmandade de Nossa Senhora de Guadalupe, ver ANDRADE JÚNIOR, Pércles Moraes. Espaço e Distinção Social no Catolicismo em Estância-SE (1950-1915). (Monografia de Licenciatura). São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 1998. Parece ter sido comum a presença de mulheres nas associações religiosas leigas, pois dos 15 compromissos localizados todos permitiam a participação feminina. Elas não somente eram aceitas como disputavam cargos e títulos com os membros do sexo masculino. Entre as associações cujos compromissos foram localizados, a única exceção era a irmandade do Santíssimo Sacramento de Simão Dias que, apesar de aceitar homens e mulheres, as excluía da mesa administrativa. FRANCO, *Compilação das Leis Provinciales*, p.473-490.

²⁵ FRANCO, *Compilação das Leis Provinciales*, p.347-360.

²⁶ SOUZA, *Memória sobre a Capitania de Serzipe*, p. 17-18.

templos mais importantes, a saber a igreja Nossa Senhora da Victória, a Ordem Terceira do Carmo, a congênere dedicada a São Francisco e a Santa Casa de Misericórdia.²⁷ A igreja matriz Nossa Senhora da Victória abrigava em seus altares e capelas laterais as devoções e associações religiosas mais populares entre os membros da elite local, tais como a irmandade do Santíssimo Sacramento e a de Nossa Senhora da Victória. Entre os irmãos do Santíssimo Sacramento estava o Comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto, importante membro da elite local que desempenhou os cargos de presidente da província e deputado geral, e sua esposa D. Maria Acciovoli de Almeida Boto. O comendador teve seus restos mortais depositados na capela dedicada a São Cristóvão da igreja matriz da capital.²⁸

A Ordem Terceira de São Francisco também era composta por um grupo seletivo da sociedade sancristovense. Marcelo Santos demonstrou que além da organização de procissões e do préstito de serviço funerário, a Ordem funcionou como uma espécie de banco financiando os negócios da elite local. Seus membros eram, em sua maioria, comerciantes, empregados públicos, negociantes e advogados.²⁹ Muitos dos seus membros também estavam associados a outras irmandades da elite. Entre eles estava D. Maria Theresa de Jesus e Mello, proprietária dos engenhos Taperoá e Santo Antônio, que declarou em seu testamento de 1827 fazer parte das irmandades do Santíssimo Sacramento, de Nossa

²⁷ Sobre a Ordem Terceira de São Francisco ver SANTOS, Marcelo. Irmãos da Santa Conveniência: A Ordem Terceira de São Francisco de Assis na Cidade de São Cristóvão (1840-1870). (Monografia de Licenciatura). São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 2000. Sobre a Santa Casa de Misericórdia, SILVA FILHO, José Thiago da. Servindo à Alma e ao Corpo: A Santa Casa de Misericórdia de São Cristóvão-SE (séc. XVII e XIX). (Monografia de Licenciatura). São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 2000. Acerca da Irmandade do Santíssimo Sacramento ver FARIAS, Claudia Maria Lima Trindade de. A Irmandade do Santíssimo Sacramento: Expressão Religiosa da Elite Sancristovense 1820-1887. (Monografia de Licenciatura). São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 2004.

²⁸ FARIAS, A Irmandade do Santíssimo Sacramento, p. 25-26.

²⁹ SANTOS, Irmãos da Santa Conveniência, p. 15.

Senhora do Amparo e da Ordem Terceira de São Francisco.³⁰ Manoel José da Assunção também era membro das irmandade do Santíssimo Sacramento e da Ordem Terceira de São Francisco, como declarou em seu testamento no ano de 1827.³¹

Os irmãos da Ordem Terceira do Carmo provavelmente tinham perfil semelhante, visto que essa constituía mais um espaço de devoção da elite local. Muitos dos membros das confrarias do Santíssimo Sacramento, de Nossa Senhora da Victória, da Ordem Terceira de São Francisco e da Santa Casa possivelmente estavam também associados a esta instituição, a exemplo de Dona Theresa D'Assunção que declarou em seu testamento de 1825 ser irmã terceira do Carmo e membro da irmandade do Santíssimo Sacramento.³² Dona Eufrásia Francisca da Paixão também declarou em testamento de 1827 que era irmã terceira do Carmo e membro da irmandade do Santíssimo Sacramento.³³

A Santa Casa da Misericórdia, por sua vez, era uma das instituições mais ricas da província, desempenhando papel de irmandade, hospital e prestando serviços bancários. Enquanto nas outras organizações leigas a caridade estava voltada para o próprio grupo dos confrades, nas santas casas a caridade se estendia aos mais necessitados. De acordo com José Thiago da Silva Filho, o patrimônio da Santa Casa da cidade de São Cristóvão se constituiu a partir de empréstimos a senhores de engenho e comerciantes, aluguéis de casas e salões, foros de terras empenhados a pequenos agricultores, missas encomendadas em sufrágio das almas e jóias de entrada dos seus sócios. Havia ainda os negócios religiosos que contribuíam para avolumar seu patrimônio: missas em sufrágio das almas, cortejos fúnebres, aluguel dos seus esquifes, realização de enterros e procissões encomendadas por outras associações religiosas.³⁴

Pretos de condição livre ou escrava eram excluídos das asso-

³⁰ AGJS, Livros de Testamentos, SCR/C 1º. OF, CX 64.

³¹ AGJS, Livros de Testamentos, SCR/C 1º. OF, CX 64.

³² AGJS, Livros de Testamentos, SCR/C 1º. OF, CX 03-64.

³³ AGJS, Livros de Testamentos, SCR/C 1º. OF, CX 74.

³⁴ SILVA FILHO, *Servindo à Alma e ao Corpo*.

ciações organizadas pelos membros da elite. Mesmo aquelas que não os excluía textualmente através da exigência de cor da pele branca, o faziam ao condicionar a entrada na associação à posse de bens. Assim, não restava outra opção para essa parcela da população a não ser organizar suas próprias devoções.

A DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO EM SERGIPE

De acordo com o levantamento aqui apresentado, a devoção a Nossa Senhora do Rosário era a mais popular em terras sergipanas, contando com pelo menos 18 associações em seu nome. Apesar de sua notável difusão, poucas foram objeto de estudo.³⁵ De acordo com Francisco José Alves Santos, o culto do Rosário em Sergipe teve início com o processo de colonização.³⁶ Segundo Felisbello Freire, em sua *História de Sergipe*, quando os holandeses invadiram Sergipe em 1637 já existia uma capela do Rosário à margem direita do rio Cotinguiba, possivelmente onde estava localizada a povoação de Laranjeiras.³⁷

Registros confirmam a existência de associações dedicadas a Nossa Senhora do Rosário na cidade de São Cristóvão (02), nas povoações de Estância, Laranjeiras, Itabaianinha, Divina Pastora, Brejo

³⁵ SANTOS, Francisco José Alves dos. Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Estância: notas para sua história. (Monografia de Bacharelado). São Cristóvão: PDPH/UFS, 1998; Idem. "Calendário religioso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Estância (1772-1827)". In *Revista do IHGSE*, Aracaju, n. 31, 1992, p. 71-81; Idem. "As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário do Rosário em Sergipe (Século 19)". In *Anais do XXIV Encontro Cultural de Laranjeiras*, jan. de 1999, p. 149-157; ANDRADE JÚNIOR. Espaço e Distinção Social; ALMEIDA, Ivânia Maria. "Irmãos de Cor e Crença..." Análise do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Vila Nova Real de El Rei do Rio São Francisco (1800). (Monografia de Licenciatura). São Cristóvão: Departamento de História/UFS, 2005; OLIVEIRA, Vanessa dos Santos. A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário: etnicidade, devoção e caridade em São Cristóvão - SE (século XIX). (Dissertação de Mestrado). São Cristóvão: UFS, 2008.

³⁶ SANTOS, As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, p. 151.

³⁷ FREIRE, Felisbello. *História de Sergipe*. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes/Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 130.

Grande, Frei Paulo, São José, Rosário do Catete (02), nas vilas de Itabaiana, Lagarto, Santa Luzia, Santo Amaro, Propriá, Vila Nova e Nossa Senhora do Socorro. A devoção a Nossa Senhora do Rosário parece ter sido mais comum entre os pretos, fossem eles africanos ou brasileiros (crioulos).

Porém, nem todas as irmandades de Nossa Senhora do Rosário foram organizadas pelos pretos. Na irmandade do Rosário da vila de Propriá, por exemplo, brancos, pardos e pretos se revezavam na mesa administrativa.³⁸ A cidade de São Cristóvão possuía duas associações dedicadas a Nossa Senhora do Rosário, conforme declarou em 1817 Antonio Manoel Esteves, Presbítero Secular Coadjutor da Freguesia de Nossa Senhora da Victória: uma organizada pelos brancos, localizada na Igreja Matriz Nossa Senhora da Victória, e a irmandade dos Homens Pretos do Rosário que, como o próprio nome indica, fora organizada pelos pretos e possuía capela própria.³⁹ A existência de uma associação religiosa dedicada a Nossa Senhora do Rosário na igreja matriz era desconhecida e nenhuma outra referência foi encontrada acerca da mesma, o que pode ser uma indicação de que se tratava apenas de uma devoção sem compromisso reconhecido.

Somente o compromisso das irmandades do Rosário localizadas em Lagarto, Vila Nova, Brejo Grande, Propriá, Santa Luzia e na cidade de São Cristóvão foram encontrados. As demais foram localizadas a partir de testamentos, livros de óbitos e livros de tombo das freguesias. Entre os compromissos localizados, ao menos cinco foram aprovados pela coroa no século XVIII: a irmandade dos Homens Pretos do Rosário da cidade de São Cristóvão teve seu compromisso aprovado pela coroa em 1769; o da vila de Lagarto foi aprovado em 1771; o da irmandade estabelecida na povoação de Estância em 1772; a de Santo Amaro em 1786. A irmandade do Rosário de Vila Nova teve seu compromisso aprovado em 1806 e a de Rosário do Catete em

³⁸ FRANCO, *Compilação das Leis Provincias*, p.347-360.

³⁹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), Mesa de Consciência e Ordens, Cx. 267, Pacotilha 02.

1813. Os compromissos das irmandades do Rosário de Brejo Grande, Propriá e Santa Luzia a que tivemos acesso são versões reformadas que datam da primeira metade do século XIX.

A segunda metade do século XVIII foi um momento de crescimento econômico para a então capitania de Sergipe, cujo número de engenhos passou de 46 no ano de 1756 para 140 em 1798, crescimento este que se ecentuou no século XIX, quando em 1852 já existiam 680 engenhos espalhados pelo território sergipano.⁴⁰ Consequentemente, a demanda por mão de obra também aumentou o que deve ter trazido mais africanos para Sergipe, ainda que houvesse uma predominância de escravos crioulos. Foram estes homens e mulheres de cor, escravos e livres, os principais devotos de Nossa Senhora do Rosário, o que explica o crescimento no número de associações organizadas por pretos a partir da segunda metade dos Setecentos.

Entre os compromissos localizados, dois trazem identificadores étnicos que confirmam a presença de africanos nas associações religiosas. Eram eles os compromissos da irmandade dos Homens Pretos do Rosário da cidade de São Cristóvão e da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Vila Nova Real de El Rei do Rio São Francisco. A cópia do compromisso da irmandade do Rosário da cidade de São Cristóvão, localizada no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, indica como data do compromisso original o ano de 1686.⁴¹ Em petição de 1769 que acompanha a cópia, alegavam os oficiais da irmandade possuírem já um compromisso aprovado pela Câmara pelo qual se regiam, “ignorando que necessitassem da autorização real e que por isso somente agora solicitavam sua licença e confirmação”.⁴² Geralmente, as irmandades se constituíam e só depois submetiam o compromisso para aprovação, sendo que algumas funcionavam sem ter o reconhecimento da coroa. Assim, podemos supor que a irmandade

⁴⁰ MOTT, *Sergipe Del Rey*, p. 145-6.

⁴¹ Arquivos Nacionais da Torre do Tombo (ANTT), Chancelarias Antigas, Ordem de Cristo, Livro 292, fls 343v-347v.

⁴² ANTT, Chancelarias Antigas, Ordem de Cristo, Livro 292, fls 343v-347v.

dos Homens Pretos do Rosário tenha se constituído no século XVII, em ano anterior a 1686.⁴³

A irmandade dos Homens Pretos do Rosário da capital foi provavelmente organizada por africanos centro-ocidentais denominados “angolas”, aos quais o compromisso garantia acesso aos principais cargos da mesa administrativa. Até o momento de sua desativação, na primeira década do século XX,⁴⁴ a irmandade manteve sua importância no universo religioso da cidade como uma organização de pretos, aberta a uma parcela da população sem grandes recursos e que não preenchia os critérios étnicos e econômicos necessários para adentrar outras associações religiosas de leigos.⁴⁵

As confrarias de pretos comumente estiveram abertas a todos. Contudo, em alguns casos outras formas de controle foram desenvolvidas para limitar o acesso à mesa administrativa. Na Irmandade dos Homens Pretos do Rosário o critério étnico foi utilizado para garantir o monopólio dos principais cargos da mesa administrativa a dois grupos, angolas e crioulos, com igual número de cargos para homens e mulheres. Segundo o compromisso, as quatro vagas de juízes e quatro de procuradores deveriam ser compartilhadas igualmente por homens e mulheres dos angolas e crioulos, que se revezariam durante o ano:

⁴³ Se nossos indícios nos conduzem a uma hipótese correta, a Irmandade dos Homens Pretos do Rosário seria apenas precedida pelas congêneres do Rio de Janeiro (1639) e de Belém (1682), tendo surgido no mesmo ano em que era organizada a irmandade do Rosário dos Pretos da matriz da Conceição da Praia, em Salvador (1686). A maioria das irmandades do Rosário baianas surgiram no século XVII, período de predomínio dos povos centro-africanos na população escrava dessa capitania. A capitania de Sergipe era então subordinada à Bahia de Todos os Santos. CARNEIRO, Edison. *Ladinos e Crioulos. Estudos sobre o Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964; REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista*. (Tese de Doutorado). Campinas: UNICAMP, 2005.

⁴⁴ Secretária da Igreja Matriz de São Cristóvão (SIMSC), Livro de Tombo 01, fl. 6.

⁴⁵ OLIVEIRA, A Irmandade dos Homens Pretos do Rosário: etnicidade, devoção e caridade em São Cristóvão - SE.

Na Vespera, ou dia da festa da Senhora do
Rosário pela manhã, se fará a eleição dos novos
Officiaes em presença do Reverendo Vigário: a saber dous
Juizes, e duas Juizas dos Angollas, e dos Crioulos,
quatro Procuradores do mesmo modo, que servirão
dous os primeiros seis mezes, e os outros dous nos
outros seis, e os Mordomos que parecerem bastantes.

O monopólio étnico de ambos os grupos indica que os chamados angolas e crioulos, devem ter desempenhando um papel importante na associação. O termo angola era atribuído a indivíduos procedentes de diferentes localidades da África centro-ocidental por aqueles que detinham o poder de classificar os africanos nos portos de chegada brasileiros e, em muitos casos, tais categorizações foram posteriormente incorporadas pelos africanos.⁴⁶ Nesse sentido, Mariza de Carvalho Soares sugere o conceito de “grupos de procedência” que, sem desconsiderar a importância da organização social e das culturas das populações escravizadas no ponto inicial, privilegia sua reorganização no ponto de chegada, pois para a autora as formas de organização dos africanos escravizados têm tanto ou mais a ver com as condições do cativeiro do que com seu passado.⁴⁷

É relevante lembrar que muitos africanos exportados para o Novo Mundo já tinham tido algum tipo de contato com a cultura europeia em território africano, especialmente os que vinham de Angola e do Reino do Congo. A população de Luanda e Benguela, por exemplo, esteve

⁴⁶ Sobre as designações dos africanos no Brasil, ver OLIVEIRA, Maria Inês Cortes de. “Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX”. In *Revista USP*, São Paulo, 28 (1995/96), p. 175-193; Idem, “Quem eram os ‘negros da Guiné’? A origem dos africanos na Bahia”. In *Afro-Ásia*, Salvador, 19/20 (1997), p. 37-73; SOARES, Mariza de Carvalho. “Mina, Angola e Guiné: Nomes d’África no Rio de Janeiro Setecentista”. In *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 3-n. 6, dez. 1998; Idem, “A ‘nação’ que se tem e a ‘terra’ de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no Império português, século XVIII”. In *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, Ano 26, n. 2, 2004, p. 303-330.

⁴⁷ SOARES, *Devotos da Cor*, p. 116.

em contato frequente com portugueses, brasileiros e luso-africanos que professavam o Cristianismo, falavam português e cujo vestuário, hábitos alimentares e arquitetura seguiam o padrão europeu.⁴⁸ Esse fator explica a incidência de africanos denominados angolas nas irmandades do Rosário no Brasil.

O compromisso da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Vila Nova, redigido em 1800 e aprovado em 1806, também indica que os africanos desempenharam papel de destaque na instituição ao lado de crioulos e brancos.⁴⁹ De acordo com o capítulo 3º. do compromisso, no dia 21 de dezembro deveria ser realizada a eleição dos seguintes oficiais que compunham a mesa administrativa: juiz presidente, escrivão, tesoureiro, procurador e irmãos da mesa. O juiz presidente da irmandade deveria ser um ano crioulo e no outro *ethiopino*. Além disso, também faziam parte da mesa três irmãos brancos, três pardos, três crioulos e três *ethiopinos* no desempenho do cargo de deputados. Existiam ainda outros cargos na irmandade: um juiz e uma juíza de coroa, um juiz e uma juíza dos quinze ministérios do rosário, quinze mordomos e quinze mordomas. Os indivíduos designados para ocupar essas posições eram escolhidos pelo juiz presidente da irmandade e pelo pároco ou capelão. Era dever deles financiar e organizar a festa

⁴⁸ THORNTON, John K. "Early Kongo-Portuguese Relations: A New Interpretation". *History in Africa*. Vol. 8, 1981, p. 183-204; Idem, *The Kongoese Saint Anthony: Dona Beatriz Kimpa Vita and the Antonian movement, 1684-1706*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998; "Idem, Religious and Ceremonial Life in the Kongo and Mbundu Areas, 1500-1700". In HEYWOOD, Linda M. *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*. London: Cambridge University Press. 2002; HEYWOOD, Linda M. "Portuguese into African: The Eighteenth-Century Central African Background to Atlantic Creole Cultures". In *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*. London: Cambridge University Press. 2002, p. 91-114; CANDIDO, Mariana P. *Enslaving Frontiers: Slavery, Trade and Identity in Benguela, 1780-1850*. (PhD Dissertation, York University, 2006), p. 117-118; FERREIRA, Roquinaldo. "Ilhas Crioulas: O Significado Plural da Mestiçagem Cultural na África Atlântica". *Revista de História*, 155, 2007, p. 17-43. HEYWOOD, Linda M. "The Angolan-Afro-Brazilian cultural connections". *Slavery & Abolition*, 20:1, pp. 9-23.

⁴⁹ SANTOS, Lourival Santana. "O Compromisso da Irmandade dos Homens Pretos de Vila Nova". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, Aracaju, v.1, n.32, 2000.

da padroeira, a qual deveria ser realizada na primeira oitava do Natal. Mas, quem eram os *ethiopinos* aos quais se refere o compromisso?

De origem grega, a palavra *etíope* significava “cara queimada” e, por conseguinte, durante a antiguidade clássica a palavra Etiópia designava o lugar de origem dessas populações de pele escura e cabelos revoltos, mais especificamente os povos ao sul do Egito.⁵⁰ Durante a Idade Média, os grandes referenciais da cartografia e da visão antropológica em relação à África continuaram a ser os conhecimentos greco-latinos e o termo Etiópia passou a ser utilizado como sinônimo de África se estendendo ainda a partes da Ásia, abarcando assim o paraíso que estaria localizado no Oriente, nas terras do legendário reino do Preste João.⁵¹ O reino imaginário passou também a ser visto como o grande aliado da Cristandade na luta contra os muçulmanos, visto que ao imperador Elesbão foi creditada a extensão do reino cristão da Etiópia até o lado oposto do Mar Vermelho, impondo-se aos árabes e aos judeus.⁵²

Assim, a palavra *etíope* tornou-se um termo genérico para designar africano de pele escura bem como Etiópia passou a ser utilizada como sinônimo de África, particularmente a África sub-saariana.⁵³ Entre os lusitanos o termo aparece na obra clássica de Gomes Eanes de Zurara como designativo de africano, bem como nos discursos dos padres Ma-

⁵⁰ MACEDO, José Rivair. “Os filhos de Cam: A África e o Saber Enciclopédico Medieval.” In *Signum: revista da ABREM*. n. 3. São Paulo, 2001. p., 2001, 118

⁵¹ MARQUEUS, Alexandre Kohlausch. Etiópia: Um Símbolo de Africanidade. *Revista de História*, n.4, Petrolina, out./abr. 2011, pp. 277-296.

⁵² Santo Elesbão era natural da Etiópia, tendo sido o 46º neto do Rei Salomão e da Rainha de Sabá e imperador do no século VI.

⁵³ Para maiores detalhes, ver MACEDO, José Rivair. “Os filhos de Cam: A África e o Saber Enciclopédico Medieval”. In *Signum: revista da ABREM*. n. 3. São Paulo, 2001. p. 101-132.; MENEGAZ, Ronaldo. “A busca de si mesmo no outro: as terras do Preste João”. In *Revista Semeiar* 2. Rio de Janeiro: PUCRio, 1996. p.163-185; OLIVA, Anderson Ribeiro. “Da Aethiopia à África: As Idéias de África, do Medievo Europeu à Idade Moderna” In *Revista Fênix*. Vol. 5, nº 4, Out/2008. p. 1-20.

HORTA, José da Silva. “A imagem do africano pelos portugueses antes dos descobrimentos”. In ALBUQUERQUE, Luís de. *O confronto do olhar. O encontro dos povos na época das navegações portuguesas*. Lisboa: Caminho, 1991; ISICHEI, Elisabeth. *A history of christianity in Africa: from antiquity to the present*. New Jersey: Africa World Press, 1995.

noel Ribeiro Rocha e Antonio Vieira, e do Frei José Pereira de Santana quando tratam da catequese dos africanos no Novo Mundo.⁵⁴ Desse modo, o uso do termo *ethiopino* tal qual aparece no compromisso da irmandade do Rosário de Vila Nova era um designativo que indicava a origem africana de indivíduos procedentes da África sub-saariana.

Levando-se em consideração que o compromisso da irmandade foi confirmado em 1806, podemos concluir que os africanos aos quais o documento se refere chegaram ao Brasil em data anterior, portanto, no período que precede ao embargo de 1815 que proibia o tráfico ao norte do Equador. Consequentemente, isso indica que os indivíduos classificados como *ethiopinos* em Vila Nova poderiam ser procedentes tanto da África ocidental como central. Análises acerca do movimento do tráfico transatlântico de escravos para esse período mostram que a maior parte dos escravos que chegaram à Bahia - provável fonte de escravos para os senhores de terra sergipanos,⁵⁵ vieram sobretudo de Angola e da Costa da Mina (atuais Gana, Togo, Benin e Nigéria).⁵⁶ Na Bahia, os

⁵⁴ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Guiné*. Barcelos, 1973; ROCHA, Manoel Ribeiro. *Etiópe resgatado: empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Ameno, 1758. Edição fac-símele, Petrópolis: Vozes, 1992; VIEIRA, Padre Antônio. Sermão décimo quarto do Rosário, pregado na Bahia, à Irmandade dos pretos de um engenho, em dia de São João Evangelista, no ano de 1633". In *Sermões*, vol. IV, tomo II, Porto: Lello, 1951; SANTANA, Frei José Pereira de. *Os dois atlantes de Etiópia. Santo Elesbão, Imperador XLVII da Abissínia, Advogado dos perigos do mar & Santa Efigênia, Princesa da Núbia, Advogada dos incêndios dos edifícios. Ambos Carmelitas*. Lisboa: Oficina de Antonio Pedrozo Galram, 1735-1738.

⁵⁵ Nunes afirma que "em vão, os senhores de terra sergipanos tentaram resgatar escravos, sem intermediários, na costa da África", razão pela qual fizeram, em 1751, petição ao Governo da Bahia alegando serem os escravos "os bens precisos e arriscados do Brasil". NUNES, Maria Thetis. *Sergipe Colonial II*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996, p. 155.

⁵⁶ CARNEIRO, Edison. *Ladinos e Crioulos. Estudos sobre o Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964; BASTIDE, Roger. *As Américas Negras: As civilizações africanas no Novo Mundo*. São Paulo: EDUSP, 1974; FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; SILVA, Alberto da Costa e. "Africa-Brazil-Africa during the Era of the Slave Trade" in CURTO, José C. and LOVEJOY, Paul E. (Orgs.). *Enslaving Connections: Changing Cultures of Africa and Brazil during the Era of Slavery*. New York: Humanity Books, 2004.

africanos procedentes da África ocidental eram classificados de acordo com a língua e filiação religiosa como *minas*, *dagomés*, *jejes*, *haussás*, *malês*, *tapas* e *nagôs* enquanto aqueles procedentes dos portos angolanos eram classificados como *angolas*, *cabindas*, *congos* e *benguelas*.⁵⁷ Desse modo, os *ethiopianos* da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos tanto podiam ser minas quanto angolas. Seriam eles indivíduos provenientes da África ocidental que em Vila Nova adotaram a categoria *ethiopino* para se distinguir dos angolas? Futuras pesquisas acerca dos africanos que se estabeleceram em Vila Nova podem indicar com mais clareza sua procedência.⁵⁸

Nem sempre a relação entre os pretos era pacífica. A povoação de Rosário do Catete, na freguesia de Santo Amaro das Brotas, possuía duas associações em honra a Nossa Senhora do Rosário, ambas organizadas por pretos, o que motivou tensões entre os devotos. Das duas associações somente uma teve o compromisso confirmado em 1813. Assim, seus representantes escreveram carta ao Rei no ano de 1817 se queixando da concorrente que, segundo eles, não passava de “um ajuntamento de homens ignorantes” que extorquia esmolas da população. Diante do exposto, pediam a Sua Majestade “... que abolisse aquela confraria e que os seus confrades se juntassem à oficial para o engrandecimento do culto de Nossa Senhora do Rosário”.⁵⁹ Não encontramos informações

⁵⁷ RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. 7a. ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: UnB, 1988; Para os significados do termo “mina” na África e na diáspora, ver: LAW, Robin. “On the Meanings of ‘Mina’ (Again)” *History in Africa*, n. 32 (2005), pp. 247-267; HALL, Gwendolyn Midlo. *Slavery and African Ethnicities in the Americas: Restoring the Links*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2005; SOARES, Mina, Angola e Guiné.

⁵⁸ Para Nina Rodrigues (1998) teria havido em terras sergipanas a predominância dos sudaneses (provenientes da Costa da Mina), opinião que foi corroborada pelo estudioso das etnias sergipanas Félte Bezerra (1984). O sergipano Sílvio Romero (1977), por sua vez, atribue-na aos grupos bantus, opinião confirmada por Souza (1878, p. 13), que registrava em 1808 entre os colonos grande número de “pretos da Guiné” e maior número de Angola. Nunes (1996, p. 198) conclui que houve a predominância dos grupos Angola e Mina na região açucareira sergipana. BEZERRA, Félte. *Etnias Sergipanas: contribuição ao seu estudo*. Aracaju: J. Andrade, 1984; ROMERO, Sílvio. *Estudos sobre a poesia popular no Brasil*. 2ª. edição. Petrópolis: Vozes, 1977.

⁵⁹ ANRJ, Mesa de Consciência e Ordens, Cx 267, Pacotilha 02.

posteriores acerca dessa querela. Possivelmente, por trás da insistência na preservação de uma única confraria estava a preocupação em monopolizar as esmolas dos fiéis que, de outro modo, se dividiriam entre as duas associações.

Apesar de serem majoritariamente constituídas por indivíduos de camadas mais pobres da população, algumas irmandades do Rosário conseguiram angariar fundos suficientes para construção de suas capelas, a exemplo das irmandades das povoações de Vila Nova, Estância e da cidade de São Cristóvão. A capela dos Homens Pretos do Rosário da cidade de São Cristóvão emprestava seus altares laterais para outras três devoções de menor porte que não conseguiram angariar fundos para a ereção de seus próprios templos, a saber, as confrarias do Senhor dos Martírios e da Misericórdia e de São Benedito. A partir da análise de testamentos localizamos as demais devoções presentes na capela do Rosário. Angellica Rosa de Santa Ilena declarava em seu testamento de 1827 ser irmã das confrarias do Senhor dos Martírios e de São Benedito.⁶⁰ José Alexandre do Rosário declarava em seu testamento de 1832 ser membro da irmandade dos Homens Pretos do Rosário, do Senhor dos Martírios e de São Benedito e notava que elas estavam “eretas na mesma capella”.⁶¹ Logo, verificamos que além da irmandade do Rosário, se estabeleceram na mesma capela as confrarias de São Benedito e do Senhor dos Martírios e da Misericórdia e que, provavelmente, muitos dos irmãos assim como Angellica e José Alexandre estavam inscritos em mais de uma delas.

Os devotos de São Benedito contavam ainda com outra associação a ele dedicada na cidade de São Cristóvão, desta vez com endereço no Convento de São Francisco. A identificação da devoção a São Benedito nesse convento foi possível através da análise de testamentos. Rita Maria de São José declarava em seu testamento de 1826 ser irmã da confraria de São Benedito do Convento de São Francisco, no qual pedia para ser enterrada, amortalhada no hábito do mesmo santo padroeiro. Em

⁶⁰ AGJS, Livros de Testamentos, SCR/C 1º. OF, CX 64.

⁶¹ AGJS, Livros de Testamentos, SCR/C 1º. OF, CX 64.

1836, Margarida da Conceição encomendava seu sepultamento no referido convento e deixava ao São Benedito do mesmo recinto 4000 reis, também reservando a mesma quantia a São Miguel, São Cristóvão, a Santa Cruz e ao Senhor dos Passos, além de um par de brincos no valor de 9000 reis a Nossa Senhora do Amparo e mais 3000 reis para sua cera e azeite.⁶²

São Benedito aparece no levantamento como o segundo santo mais popular entre pretos e pardos em Sergipe. Encontramos referências de irmandades devotas ao santo não somente na cidade de São Cristóvão como também em Estância, Laranjeiras, Lagarto e Santa Luzia, onde se fundiram às de Nossa Senhora do Rosário. A fusão era comum entre associações organizadas por pessoas de poucas posses, pois os gastos para a sua manutenção eram muitos. Foi possível identificar a presença da devoção ao santo nas referências a sua festa nos compromissos das irmandades dedicadas a Nossa Senhora do Rosário. Na irmandade do Rosário de Lagarto, por exemplo, se realizava a Festa de São Benedito no dia 6 de janeiro e a de Nossa Senhora do Rosário no primeiro domingo de outubro.⁶³ Também na irmandade do Rosário de Santa Luzia os dois oragos eram festejados. A festa principal, como está declarado no compromisso, era a de Nossa Senhora do Rosário, celebrada no primeiro domingo de outubro. A festividade a São Benedito, em 6 de janeiro, era considerada secundária.⁶⁴

Todavia, nem sempre os devotos pretos e pardos conseguiam erguer capelas, de modo que algumas devoções ocuparam altares laterais em igrejas ou pequenos nichos nos subúrbios das cidades e vilas. Na periferia da cidade de São Cristóvão existiam dois nichos, um devoto a São Miguel e outro à Santa Cruz; ambos nunca chegaram a se tornar capelas. Em 1814, os devotos de São Miguel se dirigiram à Mesa de

⁶² AGJS, Livros de Testamentos, SCR/C 1º. OF, CX 70.

⁶³ FRANCO, *Compilação das leis provinciaes de Sergipe*, p. 433-442. Ver também SANTOS, Joceneide Cunha dos. *Entre Farinhadas, Procissões e Famílias: a vida de homens e mulheres escravos em Lagarto, Província de Sergipe (1850-1888)*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 2004.

⁶⁴ FRANCO, *Compilação das leis provinciaes de Sergipe*, p. 442-452.

Consciência e Ordens pedindo autorização para erigir uma capela filial ao referido arcanjo no subúrbio chamado Bremburem, localizado no bairro de São Miguel, onde haviam edificado um nicho para prestar orações a este santo e todos os anos promoviam sua festa.⁶⁵ A capela nunca foi erguida. Não sabemos se o fato se deveu a uma resposta negativa ao pedido ou por falta de rendas suficientes para realizar a obra. Todavia, os devotos de São Miguel contaram com algum apoio nessa tarefa. Rosa de Santa Anna Gomes alegava no seu testamento de 1830 dever a Santa Rita uma toalha para seu altar, outra para o Senhor dos Martírios, 30:000 reis para São Miguel “para ajudar na edificação da sua capela”, 2000 reis a Nossa Senhora do Amparo e o mesmo a Nossa Senhora do Rosário.⁶⁶ Do mesmo modo, os devotos do Senhor dos Martírios e das Misericórdias hospedado na igreja do Rosário tentaram angariar fundos para a construção de capela própria, porém a mesma nunca chegou a ser concluída.⁶⁷

Devoções menos populares, quando comparadas a Nossa Senhora do Rosário, foram adotadas pelos africanos e seus descendentes em Sergipe. Esse era o caso da devoção a Nossa Senhora da Boa Morte na cidade de São Cristóvão. Registros acerca da existência dessa irmandade foram encontrados no *Anuario Christovense* escrito por Serafim Sant’Iago. O funcionário público, nascido na dita cidade em junho de 1860, nos deixou relatos do cotidiano da antiga capital na segunda metade do século XIX e inícios do XX. A obra foi concluído em 1920, dividida em dois volumes manuscritos, baseados nas lembranças saudosistas da São Cristóvão onde Sant’Iago vivera sua infância e mocidade.⁶⁸ De acordo com o curto relato acerca da irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte deixado pelo autor, a mesma teria sido organizada por pretas africanas no Convento do Carmo, onde estava localizada.⁶⁹ Sant’Iago

⁶⁵ ANRJ, Mesa de Consciência e Ordens, CX 267.

⁶⁶ AGJS, Livros de Testamentos, SCR/C 1º. OF, CX 05-71.

⁶⁷ SOUZA, *Memória sobre a Capitania de Serzipe*, p. 15.

⁶⁸ Os manuscritos originais se encontram sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. IHGSE, *Anuario Christovense*, Sessão Sergipana, Cx. 213.

⁶⁹ IHGS, *Anuario Christovense*, Sessão Sergipana, Cx 213, fl. 75v.

não indica a procedência étnica das pretas africanas ou mesmo se elas eram escravas ou livres; apenas afirma que elas organizavam “ha longos anos” a festa e procissão dedicada a Nossa Senhora da Boa Morte, realizada no dia 14 de agosto. Segundo ele, por ocasião da festa

eram destribuidos muitos aneis de louça ou vidro mandados vir da Bahia pelas referidas prêtas Africanas. A Santissima Virgem sahia em procissão, encerrada em um tumulto vestido de ricos ornamentos brancos, assim como, no dia seguinte, sahia em rica charóla, representando subindo ao Céu, em uma vistosa nuvem rodeada de Cherubins⁷⁰.

O fato de que os anéis vinham da Bahia sugere uma possível ligação dessa irmandade com a congênere baiana da vila de Cachoeira, no Recôncavo Baiano. Pesquisas futuras podem indicar se havia um diálogo entre ambas ou mesmo se algumas dentre essas pretas africanas teriam vindo da Bahia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estratificação étnico-social presente na sociedade brasileira dos Oitocentos se estendia ao campo do sagrado através dos compromissos, nos quais os irmãos de fé erigiam regras na disputa por bens simbólicos por meio da participação nas associações religiosas leigas e do controle dos fetejos aos oragos. Desse modo, foram forçadas as fronteiras que separavam os fiéis brancos, pardos e pretos no mundo dos santos.

O levantamento realizado para essa pesquisa evidencia que, no Sergipe do século XIX, Nossa Senhora do Rosário figurava como o orago mais popular entre os devotos africanos e seus descendentes. Ao lado de Nossa Senhora do Rosário, ainda que com menor expressividade, estavam São Benedito, Nossa Senhora da Boa Morte e outras devoções

⁷⁰ IHGS, Anuario Christovense, Sessão Sergipana, Cx 213, fl. 75v.

menores que nem sempre conseguiam erguer suas próprias capelas. Ocupando templos periféricos ou simples altares laterais, as associações religiosas organizadas pelos africanos e seus descendentes tiveram papel importante como espaços de sociabilidade e religiosidade acessíveis a camadas desfavorecidas da população sergipana nos Oitocentos.

Artigo recebido em 29 de abril de 2014.

Aprovado em 08 de maio de 2014.